

LINGUASAGEM

PRESIDENTA OU A PRESIDENTE: ALÉM DAS QUESTÕES LINGUÍSTICAS

Rita de Cássia Antonia NESPOLI-RAMOS¹

RESUMO

Neste artigo, parte-se do pressuposto de que a palavra não é neutra ou uma escolha individual do sujeito que a enuncia, mas é atravessada por questões ideológicas uma vez que funciona como signo ideológico e como tal dialoga com as crenças (valores, discursos machistas, feministas, linguísticos e de partidos políticos) de quem a emprega. Escolheu-se refletir sobre a tensão que envolve o termo “presidente” e suas formas gramaticais do feminino, utilizadas em determinados contextos políticos. Para atingir os objetivos, as análises se sustentam nas teorias dialógicas desenvolvidas por Bakhtin (2003 e 2006). Na concepção do autor, toda palavra, quando entendida dentro de um contexto (determinado tempo e espaço) e tomada por uma enunciação, tem dupla orientação e duas faces: tanto ela procede de alguém como constitui um produto da interação verbal. Demonstra-se que empregar as formas “a presidente” ou “presidenta” possibilita uma construção que se aproxima ou se afasta de determinadas imagens que se produzem em um contexto marcado por representações políticas do que seria pertencer a grupos de esquerda ou de direita.

Palavras-chave: Linguística; Ideologia, Signo Ideológico

ABSTRACT

In this article, one starts from the assumption that the word is not neutral or an individual choice of the subject that enunciates but is crossed by ideological questions, since it functions as an ideological sign and as such it dialogues with the beliefs (values, linguistic and political parties) of those who employ them. It was chosen to reflect on the tension that surrounds the term "president" and its grammatical forms of the feminine, used in certain political contexts. To achieve the objectives, the analyzes are based on the dialogical theories developed by Bakhtin (2003 and 2006). In the author's conception, every word, when understood within a context (given time and space) and taken by an enunciation, has double orientation and has two faces: both it proceeds from someone as it is a product of verbal interaction. It is postulated that using the form "the president" or "president" allows a construction that approaches or distances from certain images that take place in a context marked by political representations of what would belong to groups of left or right.

Keywords: Linguistics; Ideology, Ideological Sign

¹ Doutora em Educação USP-2014. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação UNIMEP: Universidade Metodista de Piracicaba. E-mail: ritanespoli@uol.com.br

Introdução

Dilma Vana Rousseff, economista, filiada ao Partido dos Trabalhadores, em 2011, foi a primeira mulher eleita para a presidência do Brasil, permanecendo no cargo até seu afastamento em 2016. Em entrevista à Rede Globo, em 2011, ela afirmou que preferia ser chamada de “presidenta” para enfatizar o fato de ser a primeira mulher a atingir tal posição. Já, Carmem Lúcia Antunes Rocha, quando eleita, em 2016, à presidência do Supremo Tribunal Federal, tornou-se a segunda mulher a ocupar essa posição e instou para ser chamada de “presidente”, considerando ser amante da Língua Portuguesa. Duas mulheres que chegam a lugares de poder em um país reconhecidamente machista. Rousseff associa o termo “presidenta” ao discurso feminista e Rocha ao gramatical.

À primeira vista, pode parecer que ambas escolheram, de maneira pessoal, o modo como gostariam de ser tratadas. No entanto, na concepção em que se insere este artigo, a palavra não é neutra ou uma escolha individual dessas mulheres, mas é atravessada por questões ideológicas, pois funciona como um signo ideológico e como tal dialoga com as crenças (valores, discursos machistas, feministas, linguísticos e de partidos políticos) de Dilma e de Carmem Lúcia. Para atingir os objetivos, as análises se sustentam nas teorias discursivas desenvolvidas por Bakhtin. Nessa concepção, toda palavra é entendida dentro de um contexto (determinado tempo e espaço) e tomada por uma enunciação; tem, pois, dupla orientação e duas faces: tanto ela procede de alguém como constitui um produto da interação verbal.

Pressupostos teóricos

Nesta seção, pretende-se discutir acerca de algumas questões gramaticais que avalizam ou desabonam o emprego das formas do gênero feminino da palavra presidente. Para tanto, foram selecionadas algumas Gramáticas Tradicionais da Língua Portuguesa e alguns Dicionários, pois é a essas obras que, geralmente, o indivíduo recorre, quando tem dúvidas sobre o emprego de determinado termo. A seguir, busca-se refletir sobre os usos das formas femininas, na perspectiva enunciativo-discursiva.

Perspectiva Gramatical

Para entender a tensão que envolve as formas femininas “presidenta” e “a presidente”, em um primeiro momento, propõe-se a observar esses termos inseridos em uma perspectiva de linguagem na qual as palavras são produzidas dentro de um sistema, que pode ser descrito a partir de suas unidades: a Gramática Tradicional. De acordo com Castilho (2010), a Gramática Tradicional tem como objetivo descrever os sons, as palavras das línguas naturais, tomando como exemplos, geralmente, a literatura. Os parâmetros descritos por esse ramo são, quase sempre, associados à Gramática Normativa que, por sua vez, informa como devem expressar-se as pessoas escolarizadas, que querem usar expressões privilegiadas pela comunidade. Essas determinações circulam em Manuais de Gramática, Livros Didáticos e Dicionários. Corroborando essa afirmação, Koch & Silva (2007) afirmam que a Gramática Normativa prescreve normas de usos, “[...] elegendo um deles como de ‘bom uso’, muitas vezes a partir de critérios de ordem social e não linguística” (KOCH & SILVA, 2007, p. 180).

Tendo em vista que, geralmente, as Gramáticas funcionam como autoridade no que diz respeito ao emprego de determinados verbetes, escolheram-se algumas dessas obras para verificar quais são as normatizações para o feminino de “presidente”. A seguir, apresenta-se um quadro com as principais regras gramaticais, retiradas de quatro manuais gramaticais: Bechara, Cunha e Cintra, Almeida, e Celso Luft:

Gramática	Formação do feminino: os substantivos terminados em “e”:	Segunda Regra: Substantivos Comum-de-dois (distingue-se o sexo pela anteposição do artigo)	Terceira Regra: Uniformes adjetivos substantivados terminados em “nte”
D)Bechara	1) Não variam de forma à semelhança dos adjetivos. Exemplo: amante, cliente, doente... 2) Não variam, mas podem variar. Exemplos: Infante-infanta, governante-governanta, presidente-presidenta, parente-parenta, monge-monja		

II) Cunha e Cintra	1) Variam , troca-se o <i>-e</i> por <i>-a</i> . Exemplo: governante-governanta, infante-infanta, parente-parenta, elefante-elefanta. <i>Obs:</i> presidenta (de presidente) tem ainda curso restrito no idioma		
III) Almeida			1) Não variam Exemplo: parente, infante, governante. <i>Obs:</i> Presidenta está no âmbito familiar e chega a trazer certo quê de pejorativo
IV) Celso Luft		Varia o artigo que antecede o substantivo. Exemplos: o presidente, a presidenta. <i>Obs:</i> comporta feminização flexional: a presidenta.	

Quadro I: síntese das regras gramaticais para a formação do gênero feminino de “presidente”

Diante do quadro acima, percebe-se que, em algumas Gramáticas, “presidente”, como substantivo, pode admitir a flexão de gênero, mas não há unanimidade entre as autoridades sobre a forma “presidenta”. Bechara, Cunha e Cintra e Celso Luft admitem a possibilidade do uso de “presidenta”. Celso Luft também descreve “presidente” como um substantivo comum-de-dois, o que determina a forma “a presidente”. Almeida, por sua vez, afasta a possibilidade do feminino “presidenta”. Têm-se, então, nas Gramáticas consultadas, três formas: “a presidente” ou “presidenta”, e “presidente”.

As duas formas que indicam o feminino sustentam-se em regras distintas: na flexão de gênero por meio da troca da vogal “e” por “a” ou por meio da anteposição do artigo ao substantivo, o que marca o gênero. Segundo Koch & Silva (2007), o recurso adotado pelas Gramáticas, ao normatizarem o emprego do feminino por meio da anteposição de um artigo, o que seria, na visão das autoras, “um mecanismo simples”, “[...] apresenta-se como um dos tópicos mais incoerentes e confusos de nossas gramáticas”. (KOCH & SILVA, 2007, p. 48). Isto porque haveria, nas Gramáticas, uma confusão entre “gênero” e “sexo”. Para as estudiosas, no entanto, o gênero se refere a seres aos quais se pode atribuir um sexo ou a coisas, como objetos, e alertam que “o

conceito de sexo não está necessariamente ligado ao de gênero” (idem, 2007, p. 49). Esse fato faz com que haja “[...] algumas vezes discrepância entre gênero e sexo. Assim, *a testemunha, a cobra* são sempre femininos e *o cônjuge, o tigre*, sempre masculinos, quer se refiram a seres do sexo masculino ou feminino” (idem, 2007, p. 49, grifos das autoras).

Bechara esclarece que “a presença, cada vez mais acentuada da mulher nas atividades profissionais que até bem pouco eram exclusivas ou quase exclusivas do homem tem exigido que as línguas – não só o português – adaptem o seu sistema gramatical a estas novas realidades” (BECHARA, 2009, pp. 113-114). O autor exemplifica com alguns termos que já existem há muito tempo: femininos como *mestra, professora, médica, advogada, engenheira, psicóloga, filóloga, juíza*, entre tantos outros. Para o autor, “as convenções sociais e hierárquicas criaram usos particulares que nem sempre são unanimemente adotados na língua comum” (BECHARA, 2009, pp. 113-114).

Além de circularem em Gramáticas, os femininos “a presidente” e “presidenta” também estão presentes em outro suporte, os Dicionários. Abaixo, apresenta-se um quadro com as definições de três Dicionários – Aurélio, Michaelis e Houaiss, esses dois últimos podem ser consultados *on-line*. Ressalta-se que os grifos são feitos pela pesquisadora para destacar a palavra analisada.

Dicionário	Definição de presidente	Definição de presidenta
I) Aurélio	Adjetivo de dois gêneros 1. Que ou aquele que preside. Substantivo de dois gêneros 2. Quem dirige os trabalhos numa assembleia deliberativa Substantivo masculino O presidente da República	
II) Michaelis	Substantivo masculino e feminino 1. Pessoa que preside algo. 2. Pessoa que dirige os trabalhos em uma assembleia, em um tribunal etc. 3. Chefe de governo de um país de regime presidencialista. 4. Chefe da nação nas Repúblicas de regime parlamentarista. 5. Título que é normalmente dado ao diretor-geral de uma instituição (empresa, banco, clube etc.). 6. Governador de Estado. Adjetivo masculino e feminino Que preside ou dirige.	Substantivo Feminino 1. Mulher que é a chefe de governo de um país de regime presidencialista. 2. Mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição. 3. Mulher que preside algo. 4. Esposa do presidente; primeira-dama. Etimologia: feminino de presidente

	Etimologia lat <i>præsicens</i> , -ntis. Informações complementares: feminino: presidenta	
III) Houaiss	Substantivo de dois gêneros indivíduo que preside (algo) 1.indivíduo que dirige os trabalhos n uma assembleia, congresso, conselho , tribunal etc. 2.título oficial do chefe do governo n o regime presidencialista 3.título oficial do chefe da nação nas Repúblicas parlamentaristas 4.título que às vezes se dá ao dono ou ao diretor-geral de uma empresa, clube, banco e tc. Adjetivo de dois gêneros 5.que preside, que dirige	Substantivo feminino 1.mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição 1.1.mulher que se elege para a presidência de um país 2.mulher que preside 3.a mulher de um presidente

Quadro II: síntese das regras dicionarizadas para a forma feminina de “presidente”

Observando o quadro, consta que, nos Dicionários consultados, o substantivo e o adjetivo “presidente” são descritos como de dois gêneros, o que supõe a forma “a presidenta”. Além disso, nas obras Michaelis e Houaiss, aparece o feminino “presidenta”, sem modalizações, como “pode se usar” ou “esta forma está em transição”. Apenas no Dicionário Aurélio, o qual não apresenta versão *on-line*, não há a indicação de “a presidenta”, apenas descreve que “presidente” é uma forma masculina e o termo se refere ao presidente da República. Talvez essa normatização seja associação com o latim “nte”, no qual se normatizam as formas terminadas em “nte” como invariáveis. Nos Dicionários, as normatizações para o feminino de presidente, tal qual nas Gramáticas, apresentam-se basicamente, três formas: presidenta, como feminino de presidente, formado a partir da troca da desinência “e” por “a”; comum de dois, o que indica o artigo que antecede o substantivo: a presidenta; e a forma invariável, presidente.

A partir das regras descritas nas Gramáticas e nos Dicionários, sintetizam-se algumas conclusões a respeito do emprego do uso feminino de “presidenta” e “a presidente”:

Regra I Terminados em “e”	Regra II Terminados em “nte”	Regra III Comum de dois	Regra IV Transição
1. Por analogia com “parenta”, “elefanta”	1. São invariáveis, a forma correta é	1. A forma correta é “a presidente”	1. A forma presidenta

deve ser usada a forma “ presidenta ”	“ presidente ”		ainda não é avalizada por todos os gramáticos. 2. Podem-se usar as duas formas “ a presidente ” ou “ presidenta ”.
--	-----------------------	--	---

Quadro III: síntese das regras gramaticais e dicionarizadas para a forma feminina de “presidente”

Verifica-se, nas Gramáticas e nos Dicionários consultados, que há os que abonam e outros que rejeitam a forma “presidenta” ou “a presidente”. Há ainda indicações de que a “presidenta” é forma em transição ou que não deve ser usada. Apesar dessas quatro acepções, decidiu-se, neste artigo, discutir duas formas “presidenta” e “a presidente”, pois parece que nos usos gramaticais do feminino de presidente, elas prevalecem e é nelas que se centra a tensão relativa ao uso do falante. Essa afirmação se deve ao fato de que o falante da língua dificilmente elaboraria uma frase como “O presidente Carmen Lúcia despachou”, o que exclui uma forma apenas marcada pelo masculino, sem a anteposição do artigo “a”; e a regra de transição avaliza os dois usos.

Isto porque cada sujeito pode empregar a forma feminina que melhor lhe aprouver, pois encontrará pressupostos teóricos que assegurem o uso escolhido, mas a escolha causará uma rejeição a outra concepção. Assim, por haver uma diversidade na formação do feminino, nas Gramáticas e nos Dicionários, a tensão causada pelo uso de “presidenta” inicia-se nas regras e normatizações da língua, mas não se restringe a ela, pois está impregnada de efeitos de sentidos. Borba (2003), ao analisar a organização dos Dicionários, destaca que:

Não existe texto neutro quanto à ideologia, se se entende esta como um conjunto de ideias, opiniões, valores, crenças, etc., que expressam, explicam ou justificam a ordem social, as condições de vida do homem em suas relações com outros homens. Quem fala ou escreve pretende sempre colocar [sugerir, propor, impor, inculcar], mesmo que implicitamente, seu modo de ver e sentir o universo, seus pontos de vista e suas convicções, seu sistema de crenças (BORBA, 2003, p. 307).

Isto significa que, nos Dicionários e nas Gramáticas, instrumentos em que circulam palavras, conceitos e definições e uma normatização do que seria “correto”

falar e escrever, essas determinações não são escolhas que partem unicamente do sujeito que enuncia, mas estão imersas em valores e crenças sociais. Nas palavras de Borba:

qualquer policiamento/patrolhamento sobre a produção linguística, ou seja, sobre o discurso, sobre o que se deve ou não se deve dizer, traz, subjacente, uma ideologia, ou melhor, a imposição do conteúdo ideológico da classe dominante sobre a sociedade como um todo. E é pelo léxico que se pode avaliar a ideologia vigente num determinado grupo social em determinada época. Criam-se palavras ou acepções novas para palavras do uso corrente e, nas situações de confronto, o uso dessas palavras identifica a ideologia e os usuários (BORBA, 2003, p. 307-308).

As considerações desse autor encaminham a discussão para a ideologia e para o fato de a palavra estar vinculada a uma cadeia, que forma os enunciados. Para entender com mais propriedade essas questões, a seguir, procura-se discutir o signo ideológico e o enunciado.

A perspectiva enunciativo-discursiva

Inserida na perspectiva enunciativo-discursiva, a proposta neste artigo é trazer para análise a orientação de Bakhtin/Volochinov (2006) de que as palavras, mesmo os verbetes dos dicionários, não são neutras ou com um único sentido, mas carregadas de ideologia. Para os autores russos, as palavras funcionam como signos ideológicos. Nesse viés, “[...] toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é produto ideológico. Converte-se, assim, em signo físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e refratar numa certa medida, uma outra realidade” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 31). Assim, as palavras assumidas por um sujeito envolvem:

[...] critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.) O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontramos também o ideológico. *Tudo o que é ideológico possui um valor semiótico* (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.32-33, grifos dos autores) .

O signo não nasce nos indivíduos, mas “ele se situa entre indivíduos organizados, sendo seu meio de comunicação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 35), entendido como “a materialização” de uma “comunicação”. As palavras, então,

funcionam como signos neutros, mas podem ser preenchidas por uma orientação ideológica, a partir dos valores do sujeito que as enuncia em um contexto social:

[...] esse aspecto semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa que na linguagem. *A palavra é o fenômeno ideológico por excelência*. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p.36, grifos dos autores).

Dessa forma, a palavra funciona como “signo social” e “como instrumento da consciência” e “está presente em todos os atos de compreensão e em todos atos de interpretação” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 38).

Entende-se, a partir dessas considerações, que é possível analisar uma única “palavra”, inserida em um determinado contexto social, a qual pode deixar de ser um signo neutro e preencher uma função ideológica. No caso desta pesquisa, propõe-se que esse processo ocorre nas formas femininas “a presidente” e “presidenta”, pois elas adquirem diferentes significados apoiados em diferentes interações entre interlocutores. Acredita-se que essas formas femininas indicam uma mudança social nas relações sociais e poderiam ser um exemplo da fala de Bakhtin/Volochinov, quando afirmam que:

É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 42).

Como se observa na afirmação dos autores, um termo, mesmo que não consolidado na sociedade, pode indicar uma mudança na sociedade: “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 42).

Essas mudanças podem ser estudadas a partir das formas linguísticas, pois “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 44).

A respeito do emprego do título “a presidente” ou “presidenta”, por exemplo, na mídia em geral, o sujeito que enuncia terá de se adaptar às regras consideradas adequadas por autoridades como Gramáticas e Dicionários, mas também estará atento à hierarquia social, a qual, por sua vez, atribui a determinada forma uma importância maior ou menor e a faz circular. Assim, a palavra como um signo,

[...] resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas *tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação no signo. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 42, grifos dos autores).

No caso desta pesquisa, a forma feminina de “presidente” vê-se limitada pelos grupos sociais que a utilizam em determinada época. Isto porque, de acordo com os autores,

[...] para o locutor o que importa é aquilo que permite que a forma linguística figure num dado contexto, aquilo que a torna um signo adequado às condições de uma situação concreta dada. Para o locutor, a forma linguística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível. [...] o essencial na tarefa de descodificação não consiste em reconhecer a forma utilizada, mas compreendê-la num contexto concreto preciso, compreender sua significação numa enunciação particular. Em suma, trata-se de perceber seu caráter de novidade e não somente sua conformidade à norma. Em outros termos, o receptor, pertencente à mesma comunidade linguística, também considera a forma linguística utilizada como um signo variável e flexível e não como um sinal imutável e sempre idêntico a si mesmo (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 96).

Destaca-se que essas considerações contribuem para a reflexão de que, para o sujeito que enuncia, o emprego do feminino de “presidente” não se submete apenas às regras gramaticais normativas ou se deve exclusivamente ao fato de a forma escolhida estar ou não de acordo com as autoridades em Gramática. Essa escolha está inserida em enunciações proferidas por outros sujeitos, em outros contextos sociais. Isto significa que a orientação dada à palavra e o contexto em que ela é emitida permitem verificar os ecos ideológicos, pois a escolha do sistema da língua por uma das formas “a presidente” ou “presidenta” não emana do sujeito, mas do social:

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um locutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor* [...] (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 116, grifos dos autores).

Bakhtin/Volochinov ainda alertam que não é possível pensar em um único significado - eterno e igual - para a palavra, pois isso indicaria que ela é um “sinal”, mas

não um signo: “[...] a *multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra.*” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006, p. 135, grifos dos autores).

Entender as palavras “a presidente” e “presidenta” como um signo que se relaciona a outras enunciações e não apenas ao sujeito que a emite, significa pensá-la como um “enunciado”, pois o “emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana” (BAKHTIN, 2006, p. 261). Nessa visão, cada enunciado é novo, pois cada sujeito que o profere é constituído por discursos, valores, crenças diferentes, o que permite dizer que “[...] cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso”. (BAKHTIN, 2006, p. 262).

Considera-se, então, que os enunciados funcionam como respostas a outros, uma vez que toda comunicação compreende uma resposta ativa a discursos antagônicos ou de concordância. Nesse sentido, “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2006, p. 271).

Para Faraco (2003, p. 46), na perspectiva do círculo ideológico, a significação dos enunciados tem sempre uma dimensão avaliativa, expressa num posicionamento social valorativo. Faraco (2003, p. 53) explica que a enunciação de um signo tem efeitos de sentido que decorrem da possibilidade de sua ancoragem em diferentes quadros-semânticos-axiológicos, em diferentes horizontes sociais de valor.

Diante dessas considerações, declara-se que as formas femininas “a presidente” e “presidenta” são enunciados, uma vez que se inserem em uma cadeia mais ampla e responsiva. Assim, cada sujeito enuncia a partir da posição ideológica que povoa sua consciência e dos interlocutores envolvidos na comunicação. Dessa forma, pretende-se mostrar que, cada um a seu modo, ao produzir os enunciados “a presidente” ou “presidenta” retoma outros discursos e a eles respondem.

Propõe-se, então, que, ao se optar pela forma que se sustenta na formação de gênero “comum de dois” (a presidente), elege-se uma forma não-marcada de feminino, enquanto que “presidenta” tem na forma uma marca de feminino e sustenta-se em regras como a troca da desinência de gênero “e” por “a

Alerta-se que o gênero “marcado” e “não marcado” funda-se em uma maneira de descrever as estruturas gramaticais. Em algumas concepções linguísticas, na Língua Portuguesa, a forma masculina é, em geral, não-marcada; a feminina, por sua vez, carrega uma marca. Esta afirmação sustenta-se em Câmara Jr.:

O mais que podemos dizer, porém, em referência ao gênero, do ponto de vista semântico, é que o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer (jarra é uma espécie de <jarro>, barca um tipo especial de <barco>, como urso é fêmea do animal chamado urso, e menina uma mulher em crescimento na idade dos seres humanos denominados como a de <menino>) (CAMARA Jr., 2002, p. 88-89).

Para consolidar essa posição, apresentam-se as palavras de Koch & Silva (2007), “Assim, conforme já se disse, o masculino e o singular português caracterizam-se pela ausência de marcas [...]” (KOCH & SILVA, 2007, p.48)

Por fim, dentro da concepção teórica em que se insere este artigo, pautado nos estudos bakhtinianos, a língua não se reduz a palavras escolhidas de um sistema estruturado, mas a palavra reveste-se de significados, torna-se um signo ideológico e só pode ser entendida dentro da relação de interação entre enunciadorees.

Discussão e Análise

Pedir para ser chamada de “presidenta” não é simplesmente uma escolha de alguém que quer refletir de modo transparente a realidade de que há uma mulher na presidência, mas uma oposição concreta ao fato de que não mais um homem governa o país, ou àqueles que não acreditam que a mulher pudesse atingir cargos antes, tradicionalmente, ocupados pelo sexo masculino. É um enunciado em que se toma uma posição, por isso há um autor e a palavra “presidenta” deixa de ser uma unidade que se estrutura dentro de um sistema linguístico e torna-se um enunciado que dialoga, polemiza com outros.

Ser chamada de “presidenta”, nesse âmbito, polemiza com os discursos machistas e sexistas que atribuem à mulher um afastamento do espaço público da política e sempre que é repetido, esse enunciado reafirma o papel de destaque da mulher. Além dos documentos das Gramáticas e dos Dicionários, a marca do gênero feminino “presidenta” passou a ressoar nas mídias sociais daqueles que se identificam com Dilma Rousseff e a seguem. Não é difícil encontrar em comentários de páginas de *facebook*, *twitter*, expressões como: *eterna presidenta*, *legítima presidenta*, *presidenta e futura senadora*.

A palavra “presidenta” torna-se um signo impregnado de sentidos: representa, nas questões gramaticais, o feminino de “presidente” e, dentro do contexto político, mais especificamente, a partir do cenário das eleições de 2011, funciona como uma

construção, a qual permite que o sujeito que enuncia aproxime-se de um discurso de que houve a ascensão de uma minoria ao poder, a qual, por sua vez, constitui-se por uma mulher, expoente da esquerda.

Observemos que os jornais que se aliam às concepções de esquerda, cujos parâmetros, de certo modo, Rousseff privilegia, usam a marca do gênero feminino:

1. A presidenta está enganada se, ao agir como fariam os derrotados, garante tranquilidade ao seu segundo governo. (CARTA CAPITAL, 2015, grifo nosso)
2. Ao dar posse ao *ex-presidente* Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil, a presidenta Dilma Rousseff criticou nesta quinta grampos de conversa com Lula (CAMPOS, Ana Cristina, Dilma critica grampos com conversa com Lula e diz que “golpes começam assim. (CAROS AMIGOS, 2016, grifo nosso)

Os jornais e as revistas que se opõem, politicamente, à Rousseff, preferem o feminino “a presidente”:

1. Constituição não permite reanálise do mérito do processo, defende Senado. Defesa da *ex-presidente* sustenta que não houve crime de responsabilidade. (OLIVEIRA, 2018, grifo nosso)
2. Dilma Rousseff é a primeira mulher eleita presidente da República do Brasil, após décadas de militância política que incluíram a luta armada (CAPELO, 2018, grifo nosso).

Portanto, a visão positiva do termo “presidenta” faz parte de uma postura ideológica (tomada de posição), mas não nasce do “nada” nem é uma invenção de Rousseff. Essa apreciação manifesta-se na preferência de uma palavra em que há a marca “mais acentuada” de gênero feminino e reveste o signo “presidenta” de valores como o poder da mulher e de minoria no poder.

Em 2016, Carmem Lúcia Antunes Rocha, eleita à presidência do Supremo Tribunal Federal pediu para ser chamada de “presidente”, pois considera-se amante da Língua Portuguesa. Conforme observa-se, o motivo gramatical pode justificar o pedido, uma vez que há uma regra latina que a avaliza, mas a tensão desse emprego não se reduz a questões gramaticais, estabelece-se nas relações discursivas e dialógicas. Estas, por sua vez, estão presentes na fala de Carmem Lúcia e se relacionam a uma atitude responsiva ao pedido de Dilma. Isto porque Dilma é representante de um partido político e Carmem Lúcia representa um Tribunal de Justiça.

Essa representação deve ser construída como contrária ao partidário e ao pressuposto privilégio de uma minoria. Há, então, valores como “isento”, “justo”, “neutro”, “imparcial”, “apartidário”. É nessa oposição que se dá a escolha por “a

presidente”, palavra com uma marca menos acentuada do feminino e mais genérica, ou seja, um termo que se afasta de questões de gênero e retoma a tradição gramatical.

Seu pedido é prontamente atendido por seus seguidores que, nas redes sociais, parecem apoiar sua decisão e registram comentários como: *senhora presidente, nossa presidente da República, segunda mulher Presidente do Brasil*.

No entanto, não há unanimidade no uso e os jornais de esquerda continuam a usar “presidenta”, mesmo quando se referem à Carmem Lúcia:

1. Em maio deste ano, a presidenta do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, surpreendeu autoridades e instituições infanto-juvenis com a proposta de APAC no sistema socioeducativo, chamada APAC-Juvenil. (BARRETO, 2018, grifo nosso)
2. Papel de Cármen Lúcia com Lula é o mesmo de Eduardo Cunha, é resultado de manobra da presidenta do Supremo. (BRASIL, PRAGMATISMO, 2018, grifo nosso)

Cabe destacar que, desde a eleição de Dilma, em 2011, e com seu afastamento em 2016, o Brasil acentua uma divisão partidária, política e social. De um lado, os que se filiam aos valores que a esquerda afirma defender: ações afirmativas para as minorias; leis que protegem as mulheres; grupos de diferentes identidades e orientações sexuais; políticas sociais para pobres e negros; benefícios para os mais carentes; reafirmação dos direitos humanos; um Estado mais protetor; dentre outras questões. De outro lado, há os que se aliam ao que, supostamente, nesse cenário, a direita representaria: igualdade de direitos, o que supõe a meritocracia; o fim dos benefícios sociais; a desconstrução de que a mulher não tem direitos iguais ao homem ou que há racismo no país; a defesa da família centrada nas questões de sexo; e um Estado que influencie menos nas questões sociais e econômicas.

É claro que essas posturas não são radicalizadas por todos, mas parece que uma parcela da nação brasileira aderiu à perspectiva de que as tomadas de decisões pelos cidadãos não são centradas em questões ideológicas, mas apenas em discursos partidários. Estes, por sua vez, constroem estereótipos e simulacros do que seria ser de “direita” ou de “esquerda” por meio dos quais se simula descrever a estrutura econômica.

Cabe destacar que os simulacros são construções imaginárias e baseiam-se “em consensos culturais, em acordos e decisões sobre o que deve ser considerado verdadeiro e confiável num determinado universo de discurso da comunidade” (TATIT, 2004, p. 205). Tais construções intervêm na comunicação como algo prévio. Esses simulacros

determinam o comportamento dos sujeitos e suas relações entre eles (Cf. Barros, 2004, p. 44).

Ressalta-se que Motta & Possenti (2008) propõem que “[...] as diferenças ideológicas estão vivas. Uma das questões mais candentes desse embate é exatamente uma caracterização de direita e de esquerda, pois estas seriam exatamente as formações desaparecidas.” (MOTTA & POSSENTI, 2008, p. 305). Os autores, ao analisarem a segurança pública, declaram que:

[...] para a direita prevalecem os valores concretos (a propriedade, a tranquilidade no cotidiano dos cidadãos de bem e o bem-estar de suas famílias); para a esquerda, prevalecem valores que a direita considera abstratos, utópicos (justiça, igualdade, cidadania, direitos humanos). (MOTTA & POSSENTI, 2008, p. 305).

Ainda, de acordo com a análise dos estudiosos:

Se quiséssemos ensaiar uma semântica “global” (ver Maingueneau, 1984) dessas duas formações discursivas (aceitemos essa categoria, por ora), certamente os semas /igualdade/ e /justiça/ seriam os fundamentais da esquerda e os semas /diferença/ e /ordem/ seriam os fundamentais da direita. Semas “secundários” seriam os relativos ao papel da natureza (maior para a direita) e da sociedade (maior para esquerda), ao do Estado (menor para a direita, exceto quando se trata de repressão, em decorrência do sema /ordem/) e maior para a esquerda (como corretor de desigualdades) e do Mercado (em relação ao qual se inverte a posição anterior) etc. (MOTTA & POSSENTI, 2008, pp. 304-305).

No entanto, esclarecem que nessa diferenciação entre esquerda e direita, na análise por eles realizada, assume-se uma perspectiva de que esses discursos são fechados e com alto grau de fronteiras entre si:

Esta tomada de posição serve bem para incitar-nos a retornar sobre a análise anterior para formular algumas questões. A análise foi efetuada como se fosse pacífico que há uma formação discursiva de “direita” e outra de “esquerda”, situadas, provavelmente, no campo político (para invocar uma terminologia de Maingueneau, 1984). Em seu interior, haveria temas como a violência, a segurança, o papel do Estado (na segurança, na economia), o papel dos fatores naturais e dos sociais em cada um desses outros “sub-campos” etc. (MOTTA & POSSENTI, 2008, pp. 312-313).

Esse questionamento sobre falares e sujeitos que se constituiriam como de esquerda ou de direita norteia este artigo, pois parece não ser coerente com uma percepção de que o sujeito é atravessado por inúmeros discursos e de que seria muito difícil um discurso homogêneo em torno de um partido.

Nesse contexto, fica evidente que os termos “a presidente” e “presidenta” deslocaram-se das questões gramaticais para a escolha de tratamento de mulheres eleitas a cargos de poder. Em seguida, essas palavras adquiriram uma nova orientação ideológica: supõem a filiação à esquerda ou à direita de quem a pronuncia. Assim, a escolha de “a presidente”, com menos acento no feminino, resvala em uma construção de sociedade que procura retratar um país pretensamente mais igualitário, em que as diferenças sociais, de gênero e de etnia não são abissais. Já no emprego de “presidenta”, com uma forma mais acentuada no feminino, procura-se construir a imagem de um sujeito que enuncia a reafirmação dessa falta de equidade.

Considerações Finais

Esta análise inicia-se com as questões gramaticais e de dicionários, apresentando que, apesar de a tradição gramatical propor que o substantivo “presidente” é uniforme e, por isso, invariável, ou que ele pertence à classe dos substantivos comum de dois gêneros, sendo portanto variável apenas o artigo que o antecede, a forma “presidenta” já começa a ser aceita, na língua, o que avalizaria o uso. Essas acepções estão no estudo da língua e circulam no ambiente escolar, na mídia, mesmo que os ouvintes delas pouco se apercebam.

Conforme mencionado, as palavras não são sinais, os quais apresentam-se com significados imutáveis e atemporais, mas revestem-se de significado em determinado tempo e espaço e na comunicação entre interlocutores, o que faz dessas palavras signos ideológicos que se encadeiam em enunciados.

Em seguida, demonstrou-se que “a presidente” e “presidenta” são palavras que se inserem em enunciações as quais procuram construir-se como de “direita” e de “esquerda” e que supõem outros enunciados, saturados por disputas políticas e de poder. Assim, ao falar a “presidenta”, o sujeito que enuncia constrói de si para si mesmo um discurso que se aproxima dos valores associados, no âmbito das idealizações e da polarização, aos direitos das minorias, principalmente da mulher. Em “a presidente”, por seu turno, encontra-se um enunciadador que procura aproximar-se de posicionamento que circula na sociedade e quer colocar-se como de direita, o qual, por sua vez, é construído por simulacros como: direitos iguais e ausência de privilégios de uma classe, etnia, gênero. Dentro dessa última construção, não seria necessária uma mudança de gênero, pois não se pressupõem as disparidades entre os gêneros, no Brasil.

Por fim, a palavra como “arena de conflitos” permite observar os enunciados como responsivos a outros; no caso, a tensão causada por diferentes formas de feminino sugere que as questões de gênero e política, no Brasil, precisam ser debatidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**, ed. 46. São Paulo: Saraiva, 2005.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 4ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. (VOLOCHÍNOV, Velentin N.) **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARRETO, Rafael. Um sonho de Cármen Lúcia: inovando no retrocesso da política do sistema socioeducativo. *Revista Justificando-Carta Capital*, 17/12/2017, disponível em <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/12/19/um-sonho-de-carmen-lucia-inovando-no-retrocesso-da-politica-do-sistema-socioeducativo/>). Acesso em: 17 de Julho de 2018

BARROS, Diana Luz Pessoa de. A comunicação humana. In: Fiorin, José Luiz (org.) **Introdução Linguística. I. Objetos teóricos**. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 25-53.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORBA, Francisco da Silva. **Organização de dicionários: uma introdução à lexicografia**. São Paulo: UNESP, 2003

CAMPOS, Ana Cristina. Dilma critica grampos com conversa com Lula e diz que “golpes começam assim. **Revista Caros Amigos**, Agência Brasil 17/03/2016, disponível em <http://carosamigos.com.br/index.php/caca-a-lula/6127-dilma-critica-grampos-de-conversa-com-lula-e-diz-que-golpes-comecam-assim>. Acesso em: 07 de Julho de 2018.

CAPELO, Rodrigo. Entenda o processo de impeachment da presidente Dilma. **Revista Época**, 17/03/2016, disponível em <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/03/entenda-o-processo-de-impeachment-da-presidente-dilma.html> . Acesso em: 07 de Julho de 2018

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CARTA, Mino. Dilma está enganada se agir como fariam os derrotados. **Revista Carta Capital**, 11/01/2015, disponível em <https://www.viomundo.com.br/politica/mino-carta-dilma-esta-enganada-se-ao-agir-como-fariam-os-derrotados-garante-tranquilidade-ao-seu-segundo-governo.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2018.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindly. **Breve Gramática do Português Contemporâneo**, Edições Joao Sa da Costa (2006).

BRASIL, Editorial. Carmem Lúcia está para Lula como Cunha esteve para Dilma, **Pragmatismo**, 11/04/2018, disponível em <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/04/carmen-lucia-esta-para-lula-cunha-dilma.html>. Acesso em: 07 de Julho de 2018.

BRASÍLIA. Entrevista exclusiva concedida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, ao programa Fantástico, **da Rede Globo** - Brasília/DF Palácio da Alvorada e Palácio do Planalto, 08 de setembro de 2011 Veiculada no programa de 11 de setembro de 2011 disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/entrevistas-presidenta/entrevista-exclusiva-concedida-pela-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-ao-programa-fantastico-da-rede-globo-brasilia-df>. Acesso em: 08 de Julho de 2018

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e Diálogo: as ideias linguística do círculo de Bakhtin**. Curitiba: Criar Edições, 2003

KOCH, Ingedore Villaça; SILVA, Maria Cecília Perez de Souza e. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

LUFT, Celso Pedro. **O Abc Da Língua**. São Paulo: Editora Globo, 2010.

PRESIDENTE/PRESIDENTA. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar: o minidicionário da língua portuguesa**; de edição Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos...[et al.] 4. Ed. Ver. Ampliada. . Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, P. 555.

PRESIDENTE/PRESIDENTA. In: **DICIONÁRIO HOUAISS**. Disponível em <WWW.houaiss.uol.com.br>. Acesso em 07 de julho de 2018

PRESIDENTE/PRESIDENTA. In: **DICIONÁRIO Michaelis**. Disponível em <www.uol.com.br/michaelis> Acesso em: 07 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Mariana. **TV Globo**, Senado pede ao STF que rejeite ação na qual Dilma questiona impeachment Brasília 17/11/2017, disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/11/senado-pede-ao-stf-que-rejeite-acao-na-qual-dilma-questiona-impeachment.html>. Acesso em : 07 de Julho de /2018).

MOTTA, Ana Raquel; POSSENTI, Sírio. **Direita e Esquerda: volver!**. Primeira JIED – Jornada Internacional de Estudos do Discurso, pp.303-315, 2008. <https://gfufma.hypotheses.org/files/2018/08/MOTTA-A.-R.-POSSENTI-S.-Direita-e-esquerda-volver.pdf>. Acesso em 20/04/2019.

RENAN, Ramalho. Cármen Lúcia pede para ser chamada de 'presidente' em vez de 'presidenta', **Jornal G1**, Brasília, versão on-line, 10/08/2018, disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2016/08/carmen-lucia-pede-para-ser-chamada-de-presidente-em-vez-de-presidenta.html>,. Acesso em 08/07/2018

TATIT, Luiz. A abordagem do texto. In: FIORIN, José Luiz (org). **Introdução à Linguística**. I. Objetos teóricos. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-209.

Como referenciar este artigo:

NESPOLI-RAMOS, Rita de Cássia Antonia. Presidenta ou presidente: além das questões linguísticas. **revista Linguasagem**, São Carlos, v.31, n.1, jul./dez. 2019 p. 87-105.

Submetido: 09/10/2018

Aprovado: 28/03/2019